

# **MERENDA ECOLÓGICA: UMA POLÍTICA PÚBLICA QUE SE FAZ NECESSÁRIA**

Elisabeth Maria Foschiera  
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul  
bethfosch@via-rs.net

Merenda ecológica – política pública - sustentabilidade

## **1. INTRODUÇÃO**

A problemática a respeito da merenda é um tema que vem intrigando há tempos os educadores preocupados com a questão alimentar, bem como aqueles que a entendem como um processo pedagógico de construção do conhecimento, hábitos e atitudes, realizado durante o período escolar. Também porque tem implicações econômicas tanto para a vida da escola, como para o educando e o setor que fornece tais produtos. Segundo a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul:

*A merenda escolar é um bem-estar proporcionado ao aluno, durante sua permanência na escola, devendo ser utilizado, como instrumento de educação alimentar, de socialização, de hábitos e atitudes saudáveis, de complemento nutricional e de formação de um cidadão crítico e saudável. É dever do Estado e da Escola viabilizar este direito (SE,2000).*

Partindo desse pressuposto, iniciamos, na Coordenadoria Regional de Passo Fundo, no ano de 2000, uma série de debates e investigações a respeito da merenda, envolvendo várias instituições interessadas no tema.

Primeiramente, verificamos dados levantados por essas instituições, como foi o caso da Emater Regional de Passo Fundo, os quais demonstravam que, no ano de 1999, haviam sido gastos R\$ 2.486.451,65 com a merenda escolar na Região da Produção, envolvendo escolas municipais e estaduais. Também constatamos que a maioria dos produtos adquiridos tinha procedência de outros estados.

Com essas constatações, deparamo-nos com a seguinte problematização: Por que gastar mais com produtos de outros estados, se os produtores locais e regionais têm dificuldades para escoar seus produtos? Comprar alimentos da região não possibilitaria mais desenvolvimento a esta?

Na maioria dos municípios da 7ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), a merenda é municipalizada, através de convênio entre o Estado e o Município, com a transferência de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. No ano de 2000, a SE repassou para a região da 7ª CRE o valor de R\$ 965.406,00, distribuídos pelos 31 municípios que dela fazem parte. Deduzimos que esses recursos poderiam permanecer nos municípios e beneficiar pequenos agricultores familiares ou pequenos empresários locais.

Além da Emater, obtivemos informações junto à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado, onde soubemos que para facilitar a venda dos produtos dos agricultores, essa secretaria formulou algumas medidas complementares ao programa de agroindústria familiar. Uma dessas diz respeito à legislação, permitindo ao agricultor a venda dos seus produtos com nota do produtor, ou seja, não há mais a necessidade do registro da empresa, nem de pagamento de várias taxas. Também foi criado o aval solidário, através do Funamepe, pelo qual os agricultores que compõem um determinado grupo poderão financiar o valor de até trinta mil reais, tendo como avalista deste financiamento, o próprio grupo. Essas ações facilitaram a compra e venda de produtos dos agricultores locais, pois estes poderiam fornecer nota do produtor para a escola. Também contribuíram para a organização de agricultores locais no que diz respeito à instalação de pequenas agroindústrias, cujo objetivo era o processamento de produtos que poderiam ser fornecidos às escolas durante o ano letivo.

Entretanto, para que isso viesse a se concretizar, foi fundamental a mobilização da comunidade local, democratizando o acesso das informações a respeito de quem faz parte do Conselho Municipal da Merenda do município, de quem compra a merenda, quanto é comprada e do tipo de alimento adquirido.

Percebemos também que havia organizações de agricultores do município e da região oferecendo alimentos ecológicos para a população, através de feiras. Buscamos, ainda, informações sobre a legislação das licitações e constatamos que, pelo fato de existir uma única feira ecológica, não haveria necessidade de fazer as três licitações para compra do produto, sendo facilitado o trabalho burocrático de prestação de contas. Assim, algumas escolas, inicialmente seis, começaram a adquirir os hortifrutigrangeiros para a merenda escolar na feira ecológica, diretamente junto ao produtor, vivenciando uma nova alternativa pedagógica na sua comunidade escolar.

Essa investigação mostrou que com a articulação de diversos segmentos da sociedade, é possível desenvolver políticas públicas que permitam melhor qualidade de vida para todos os envolvidos. Também se evidenciou que essa alternativa apresentava-se como um mecanismo de promoção do desenvolvimento do nosso município e região.

## **2. O RELATO DA PRÁXIS**

### **2.1 Os primeiros movimentos**

Concordamos com Freire (1981) quando diz que um dos primeiros problemas com os quais nos confrontamos quando nos obrigamos a conhecer uma dada realidade é saber em que consiste de fato essa realidade. Para muitos de nós, a realidade concreta de uma certa população se reduz a um conjunto de dados materiais ou de fatos cuja existência ou não, de nosso ponto de vista, importa constatar. Acreditamos que a realidade concreta seja todos esses fatos e dados, mas, além disso, a percepção que deles esteja tendo a população neles envolvida.

Dessa forma, procuramos, através de um trabalho integrado entre diversas instituições, entre as quais a Coordenadoria Regional de Educação, a Emater (Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural), a Coordenadoria Regional de Agricultura, a Coonalter (Cooperativa Mista e de Trabalho Alternativo Ltda), o Cetap (Centro de

Tecnologias Alternativas Populares) e a Cáritas Diocesana, entender por que, apesar de os dados e fatos comprovarem que a merenda fornecida pela escola e/ou vendida na maioria dos bares escolares, não favorecia a saúde dos alunos nem a economia local e regional, mesmo assim, continuava a ser oferecida aos alunos.

Foram, então, organizadas diversas reuniões com essas entidades para socialização dos dados levantados a respeito da merenda, bem como para o encaminhamento de políticas públicas alternativas que melhorassem a situação.

Numa dessas reuniões, o representante da Emater apresentou um levantamento feito pela Regional de Passo Fundo, o qual mostrava que, no ano de 1999, haviam sido gastos R\$ 2.486.451,65 com a merenda escolar na região, envolvendo as escolas municipais e as estaduais. Além disso, a maioria dos produtos adquiridos era proveniente de outros estados e/ou de empresas multinacionais. Por outro lado, as direções das escolas demonstravam preocupação com o alimento que vinha sendo distribuído às escolas pelos órgãos competentes, por não terem, muitas vezes, a qualidade necessária para garantir a saúde das crianças. Muitas prefeituras encaminhavam para as escolas, principalmente às da área indígena, produtos vencidos, com bolor (as bolachas) ou em estado parcial de apodrecimento (maçãs). Também eram enviados para as escolas produtos típicos de outras regiões, como por exemplo, do Nordeste brasileiro, os quais geralmente eram rejeitados pelas crianças. Outra questão levantada pelas merendeiras foi o problema nutricional dos alimentos, pois eram encaminhados muitos alimentos do grupo carboidratos e poucos dos demais. Segundo elas: “As crianças deveriam comer outros alimentos além de bolachas, massas, arroz e cremes, como Frutas e verduras, que quase não apareciam e, quando vinham metade era podre”.

A CRE, naquele momento, tinha o objetivo de promover um trabalho de educação ambiental, junto às escolas estaduais, sobre alimentação saudável, bem como construir propostas que melhorassem a qualidade da merenda. Essas informações foram fundamentais para que tanto a CRE como as demais entidades envolvidas fossem desafiadas a elaborar propostas alternativas que promovessem

uma educação alimentar alternativa nas escolas, Além disso, discutiam-se também projetos de desenvolvimento local e regional que pudessem contribuir com os pequenos agricultores no escoamento de sua produção. Portanto, o entendimento das entidades envolvidas era de que essas propostas promoveriam melhoria da qualidade de vida da comunidade escolar e dos agricultores, bem como o desenvolvimento sustentável local e regional.

Foram, então, feitos levantamentos de dados com os agricultores a respeito dos alimentos produzidos, de preços dos produtos e da quantidade que poderia ser oferecida para as escolas. Por outro lado, algumas escolas desenvolveram projetos sobre alimentação saudável e sobre a importância da mudança dos hábitos alimentares para o bom desenvolvimento das crianças e dos adolescentes.

A Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul já estava realizando estudos para fazer modificações na legislação no que diz respeito à venda de produtos diretamente do produtor. Dessa forma, a preocupação da venda dos produtos para as escolas foi incluída nesse processo. Já a Secretaria de Educação do Estado, a partir dessa demanda, criou um repasse numa conta específica para hortifrutigrangeiros, no qual a escola poderia gastar o valor destinado na compra de produtos perecíveis.

Descobriu-se também que, no caso de existir apenas um estabelecimento vendendo determinado produto num determinado município, a prefeitura deveria fornecer um atestado comprovando que esse estabelecimento seria único, o que dispensa o processo de licitação para a compra de tal produto. No caso de Passo Fundo, como havia apenas uma Feira Ecológica, a prefeitura forneceu um atestado, o qual era anexado à prestação de contas da escola, eliminando o processo de licitação.

Inicialmente, seis escolas estaduais aceitaram a proposta de experimentar a compra de produtos ecológicos, abandonando o uso da merenda convencional. Foram as seguintes:

Escola Estadual de Ensino Fundamental Monte Castelo;

Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Adelino Pereira Simões;

Escola Estadual de Ensino Fundamental Salomão Ioschp;  
Escola Estadual de Ensino Fundamental Gomercindo dos Reis;  
Escola Estadual de Ensino Fundamental Maria Dolores;  
Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Fagundes dos Reis.

## **2.2 Desafios superados no decorrer do processo**

No decorrer da investigação, fomos percebendo vários desafios que precisavam ser ultrapassados. Um deles foi à falta de informações das merendeiras sobre como utilizar melhor os produtos ecológicos que seriam fornecidos. Até porque, muitos precisariam ser substituídos, uma vez que na produção ecológica nem todos os produtos são de determinada época. Como por exemplo, foram incluídos produtos como mandioca, pinhão, bergamota e rúcula, cujo uso, as merendeiras não estavam habituadas. Diante disso organizou-se um curso de formação sobre merenda ecológica no qual foram dadas orientações, fez-se troca de experiências e de receitas alternativas que poderiam ser utilizadas nas escolas. As orientações ficaram a cargo da Emater, do Cetap e da Cáritas Diocesana, entidades que já vinham desenvolvendo formação sobre uso de produtos ecológicos. Participaram desse curso, merendeiras dos 31 municípios que fazem parte da 7ª CRE. É importante ressaltar que a primeira surpresa na realização do curso foi a demonstração de valorização por parte das merendeiras pelo fato de estarem sendo chamadas para um curso de formação. Segundo elas: “Até que enfim alguém lembrou de nós”.

Percebeu-se, então, que estava sendo realizado também um trabalho de aumento da auto-estima dessas funcionárias. Entendeu-se nesse momento, que, apesar de não estar presente nos propósitos iniciais de planejamento esse aspecto, o trabalho realizado acabaria trazendo resultados também nesse sentido.

Os organizadores do curso tinham a expectativa de que a procura pelo curso seria pequena, uma vez que, apesar de ser gratuito, cada merendeira pagaria suas despesas de viagem e de alimentação. No entanto, compareceram mais de noventa merendeiras, que se mostraram muito entusiasmadas e com

vontade de aprender e socializar experiências. No curso foram tratados assuntos como aproveitamento de alimentos, trocas de receitas alternativas, plantas medicinais, alimentos limpos, compostagem e outros. No último dia do curso foram feitos encaminhamentos para se melhorar a merenda nas escolas através da construção de um plano de ação. Entre esses, havia a proposta de reunir os Conselhos Municipais da Merenda de cada município presente, buscando a implementação das propostas construídas até o momento.

Vários municípios fizeram esse encaminhamento e promoveram debates com os órgãos competentes a respeito do que havia sido decidido. Outros, porém, tiveram dificuldades pelo fato de não aceitarem as propostas sugeridas por uma simples merendeira.

No caso específico de Passo Fundo, no início de 2001, o prefeito eleito não quis assinar o convênio com o governo do estado para compra da merenda das escolas estaduais. Portanto, a merenda no município passou a ser do tipo centralizada, ou seja, os alimentos eram comprados pelo governo do estado e encaminhados para a CRE para, só depois, serem distribuídos às escolas. Isso trouxe algumas dificuldades, como, por exemplo, o armazenamento e a distribuição dos alimentos. Por outro lado, favoreceu na melhoria da qualidade dos produtos, pois o governo estadual já havia adotado a política de compra de produtos ecológicos da região. As escolas receberam, por exemplo, feijão ecológico da cooperativa de pequenos agricultores de Água Santa, geléia e molho de tomate do Centro Ecológico de Ipê, e muitos outros produtos de excelente qualidade.

Como a merenda no município passou para o sistema centralizado, o plano de ação para Passo Fundo precisou ser alterado. Foram, então, chamadas novamente as merendeiras, das escolas estaduais do município para reorganizar o plano de ação. Foi, então, realizada uma avaliação da merenda que estava sendo enviada do governo estadual e fizeram-se sugestões para sua melhoria. Após um dia inteiro de estudo e debate várias propostas foram encaminhadas ao governo do estado e também para as direções das escolas:

- 1) A carne enlatada não deveria mais ser enviada, pois não era aceita pela maioria dos alunos.
- 2) A escola precisaria de um repasse para comprar o complemento dos produtos vindos do governo, como os hortifrutigranjeiros.
- 3) O repasse dos hortifrutigranjeiros deveria vir em forma de vales ou a CRE deveria comprar os produtos e repassá-los para as escolas.
- 4) A SE deveria facilitar a compra da merenda complementar, pois, estes demandam muito tempo do funcionário.
- 5) A elaboração do cardápio deveria ser feita pela merendeira da escola.
- 6) A CRE deveria proporcionar mais cursos de formação para melhorar o preparo da merenda, incluindo temas como tabagismo, pois, existiam merendeiras que fumavam ao cozinhar e no servir a merenda.
- 7) A CRE deveria entregar os documentos referentes à nutrição para a merendeira e não para pessoas que não entendem nada do assunto e não lhes repassam as informações.
- 8) A CRE poderia enviar para a escola sugestões de cardápio, além de mais serventes e mais merendeiras.

Percebeu-se pelas falas das merendeiras, a importância de escutar quem de fato “coloca a mão na massa”, ou seja, aquelas que preparam a merenda diariamente na escola. Foi um momento de formação também para os representantes das entidades presentes, que, muitas vezes, não valorizam as falas daqueles que de fato realizam as atividades.

Também se percebeu que algumas merendeiras buscavam autonomia e já estavam “tomando as rédeas do processo nas suas mãos”, ao passo que outras ainda preferiam esperar que a CRE, o governo ou a diretora tomasse as iniciativas, comprasse, enfim, decidisse por elas.

Um dos encaminhamentos feitos a partir dessa reunião foi o levantamento dos hortifrutigranjeiros que as escolas utilizavam por mês, com o propósito de entregar a lista aos feirantes da Feira Ecológica para que eles pudessem estudar a possibilidade de viabilizar a compra desses produtos.



Novamente, então, as entidades reuniram-se e novos dados foram socializados. O representante da Emater comentou sobre situações que acontecem em alguns municípios, onde os agricultores, às vezes, não têm onde vender suas laranjas e, ao lado da propriedade, a escola que serve “Tang” para seus alunos. Uma diretora de uma escola rural, também comentou que compra leite em pó para seus alunos enquanto ao lado da escola mora um pai de aluno que entrega o leite para uma empresa que vai fabricar esse leite em pó.

Um dos feirantes explicou que, no momento a feira não dispunha de todos os produtos solicitados pela escola, sendo necessário organizar a produção e discutir a substituição de alguns itens por produtos da época, por exemplo, substituir batata inglesa por mandioca, maçã por laranja, banana por pinhão e outros. Os diretores solicitaram que os feirantes entregassem a merenda na escola, pois ficaria muito difícil buscar os produtos na feira toda semana. Nesse sentido, segundo algumas diretoras, a merenda municipalizada era melhor porque vinha tudo pronto.

Também foi esclarecido pelo financeiro da CRE que, pelo fato de existir uma única Feira Ecológica na cidade, não haveria necessidade de três licitações. A escola deveria apresentar apenas uma certidão da Prefeitura Municipal junto com a nota do produtor (modelo 15). Isso agradou muito algumas diretoras.

Ficou combinado, então, que as escolas interessadas na compra de produtos ecológicos entregariam suas listas na semana anterior à do recebimento dos produtos, para que os produtores pudessem se organizar. Assim, duas escolas realizaram esse procedimento, a Escola Estadual de Ensino Fundamental Salomão Ioschp e a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Fagundes dos Reis.

Decorrido um mês de experiência, visitamos a escola e conversamos com os alunos, quando percebemos que haviam acontecido mudanças nos hábitos alimentares. As crianças estavam comendo rúcula, pinhão, bergamota, mandioca e outros produtos que antes não eram oferecidos. Isso foi possível porque ao mesmo tempo em que as merendeiras receberam formação, houve um processo educativo na escola, com os alunos mostrando-lhes a importância da

substituição de produtos cancerígenos e pobres em nutrientes, como salgadinhos e refrigerantes, por alimentos ecológicos, sem venenos e sem transgênicos.

### **3. TEORIZANDO SOBRE SUSTENTABILIDADE**

É comum ouvirmos que problemas ambientais ligam-se a questões como a destruição das florestas, a contaminação dos rios, a poluição do ar, o lixo ou a extinção de animais. Pouco se fala que a má alimentação e a fome são também problemas ambientais. Essas questões são, em geral, abordadas de maneira superficial, fragmentada e, na maioria das vezes, desvinculadas de um contexto sociopolítico-cultural mais amplo. Isso se evidencia nos meios de comunicação em geral e também nos livros didáticos, que acabam influenciando ou orientando a ação do professor. A Identificação das relações relevantes entre os diversos envolvidos possibilitará uma abordagem mais complexa dos problemas. Nesse sentido, é importante discutir a respeito do modelo de desenvolvimento que estamos vivenciando, procurando perceber sua relação com os problemas ambientais existentes, como a má alimentação ou a falta dela.

O pensar sobre o nosso fazer pedagógico é fundamental para que possamos dar respostas à transformação da realidade de fome e de miséria em que vivem 80% da população brasileira, obrigada a dividir apenas 20% de tudo o que é produzido (Altvater 1999), e para a construção de um futuro com justiça social. Dessa forma, somos desafiados a pensar outras formas de organização de sociedade. É importante fazer da escola um local de intensa participação da comunidade, articulado com um projeto de desenvolvimento sustentável, na perspectiva de transformação do atual modelo em que estamos inseridos.

Um trecho da *Carta de Curitiba* reflete bem o atual modelo de desenvolvimento vivenciado em nosso país: “Os modelos desenvolvimentistas da atual Sociedade de Consumo e, muito especialmente o brasileiro, são modelos absurdos, porque insustentáveis, isto é, suicidas. Estes modelos repousam no esbanjamento orgiástico de recursos limitados e insubstituíveis. Eles significam a

destruição sistemática de todos os sistemas de sustentação da Vida na Terra”<sup>1</sup>. Tomando o Estado do Rio Grande do Sul, observa-se que apesar das iniciativas desenvolvidas pelo governo da Frente Popular, o modelo vigente é o mesmo, havendo, uma má distribuição dos recursos, pois os investimentos, a produção e toda a riqueza estão concentrados numa pequena “ilha”<sup>2</sup> na região da Grande Porto Alegre até Caxias de Sul. Nela está concentrada a maior parte dos recursos, da energia elétrica, das grandes empresas, dos serviços, das telecomunicações, das rodovias e das indústrias. Às demais regiões do estado resta, portanto, um processo de crescente empobrecimento,<sup>3</sup> motivo que leva as suas populações a migrarem em direção ao polígono da Grande Porto Alegre, atraídas pela possibilidade de um emprego (Belato,1999).

Por outro lado, também podemos observar a concentração de problemas que esse projeto de desenvolvimento traz para a população que vive na área, como trânsito congestionado, violência, falta de moradia, grande produção de lixo, destruição de mananciais, barulho, poluição do ar e outros. Esse modelo, que se apresenta como moderno e adequado, concentrou riqueza numa região, mas promoveu o empobrecimento das demais e prejudicou a qualidade de vida da população. Por sua vez, o modelo de modernização da agricultura, que vem desde a década de 1960, acarretou a redução da produção e o aumento da concentração da terra, com o desaparecimento de milhares de pequenas propriedades, anexadas aos latifúndios e cujos donos passaram a engrossar as favelas nas cidades.

Segundo Belato (1999), o modelo de desenvolvimento vigente no estado baseia-se em três pontos fundamentais: na organização do trabalho, na regulação e na articulação. Com relação à organização do trabalho, podemos dizer que, quando os imigrantes se instalaram no estado, o sistema de trabalho era uma combinação de força humana e força animal. Porém, com o passar dos anos, mudou profundamente a natureza da inserção humana no processo tecnológico,

---

<sup>1</sup> *Carta de Curitiba*, citada no documento do Pró-Guaíba – Secretaria do Estado do RS (1992 p.13).

<sup>2</sup> Por *ilha* entendemos um pequeno grupo de municípios nessa região da faixa leste do estado (Porto Alegre e os municípios da Serra).

<sup>3</sup> Dados do relatório do Seminário de Desenvolvimento Regional, promovido pelo governo do estado do Rio Grande do Sul em novembro de 1999.

de tal forma que, atualmente, os equipamentos vêm todos articulados entre si, multiplicando a força humana em milhares de vezes. Como exemplo, imaginemos a coleta de arroz sem o uso da tecnologia numa região onde há milhares de hectares plantados, compreende-se o que significa esse modelo de desenvolvimento. Explica também por que uma galinha que demorava noventa dias para ficar adulta hoje está pronta para o abate em apenas quarenta dias. O que aconteceu? Por que antes era possível viver colhendo arroz manualmente, produzir galinhas em noventa dias, e hoje não?

O segundo princípio do modelo vigente diz respeito à regulação. A sociedade estabelece regras, princípios, costumes, leis, mecanismos esses para ajuste dos comportamentos conflituosos dos indivíduos. As regras de mercado, do salário mínimo, a legislação social, a proteção ambiental, moeda, juros, câmbio, crédito, rede financeira, rede de distribuição de mercadoria, tudo isso se chama *modelo regulatório*. Nesse contexto, a escola é mais um dos locais de treinamento em que o ser humano é disciplinado, pois nela ele aprende a obedecer e a cumprir horários e, também, a consumir produtos que o mercado precisa vender.

Como terceira característica temos o regime de articulação, que compreende os princípios que sustentam por um longo período as condições de produção, ou seja, a forma como a riqueza é produzida e o seu destino. Um exemplo é a produtividade no trabalho, na qual se evidencia que, o que é bom para um modelo pode não ser sustentável noutro; assim, criar galinhas em noventa dias e colher arroz manualmente é viável num modelo, mas não no outro. As condições de uso social de produção e o consumo também fazem parte do regime de articulação. Portanto, é preciso ver quantos seres humanos estão dentro dessas condições de consumo e quanto do investimento está direcionado para uma determinada região, visto que esses investimentos atraem outros, promovendo inchaço de recursos nela e conseqüente esvaziamento nas demais. Como resultado da vigência desses modelos, há a exclusão e o desemprego, o empobrecimento da maioria das regiões, o favorecimento a empresas transnacionais e a dependência do mercado externo.

Ainda podemos dizer que a idéia equivocada de que a Terra não tem fim gerou um modelo de desenvolvimento de ganância insaciável, de tal forma que, para os países pobres, existe apenas uma saída: esgotar seus recursos naturais em benefício dos países ricos. Se a lógica é o lucro, os países pobres que ainda possuem reservas naturais exploram indiscriminadamente tais recursos para se manter no mercado. Por isso são cortadas milhares de árvores todos os dias na Amazônia. O que importa é o mercado de madeira, o lucro que a venda daquelas árvores vai render, e não o desmatamento e a destruição da vida ali existente. É, portanto, um modelo cuja lógica é a do lucro, do consumo, da exploração do ambiente e cuja centralidade é o mercado.

Observando o planeta Terra neste início de milênio, percebemos que ele se tornou uma paisagem definitivamente “humana”, o que, segundo Araújo (1998), “deve-se principalmente a tecnociência, que promoveu grandes transformações no ambiente” (p.11). Não sendo possível citar aqui todos os problemas ecológicos ou ambientais que a humanidade enfrenta hoje, descreveremos alguns deles para uma reflexão sobre nossas ações e na perspectiva de mudança.

Um dos exemplos é a questão da biodiversidade. Como nosso país apresenta o maior número de espécies de seres vivos do mundo, há interesses internacionais de muitos outros países que não possuem tal riqueza, ou que já a destruíram em favor do progresso e desenvolvimento. Essa obsessão pelo avanço da tecnologia a qualquer custo ou como instrumento de negociações internacionais mostra a mentalidade colonial vigente no Brasil desde a época da invasão, quando o país era visto como uma fonte de riquezas para serem exploradas. Assim, muitas de nossas riquezas animais e vegetais estão sendo levadas para laboratórios internacionais, onde, após serem pesquisadas, são patenteadas pelos respectivos países e vendidas ao país de origem por preços exorbitantes. As empresas transnacionais estão interessadas na nossa biodiversidade para aplicação na engenharia genética da indústria farmacêutica, alimentícia e agrícola.

O fato pode ser confirmado nos debates sobre plantas geneticamente modificadas ou transgênicas. Por um lado, as empresas que defendem o plantio

de transgênicos argumentam com a diminuição do uso de venenos nas lavouras e o aumento da produção de alimentos para acabar com a fome; por outro, as entidades ambientalistas denunciam que tais espécies poderão causar um impacto econômico, social e ambiental que não pode ser estimado atualmente. Por exemplo, até o momento, ninguém garantiu que haverá a diminuição do uso de veneno nessas espécies; as pesquisas<sup>4</sup> só demonstraram maior resistência aos venenos, o que significa que esses poderão ser usados até em doses bem maiores que nas culturas convencionais. Quanto à questão do aumento da produção de alimentos para acabar com a fome, sabemos que o problema não é a produção de alimento, e, sim, sua distribuição, ou seja, existe alimento, porém ele não chega à mesa da maioria das pessoas pela falta de poder aquisitivo.

Qual é, então, a lógica adotada na pesquisa dos transgênicos: social, ecológica ou econômica? Ao invés de trabalhar na resistência da semente contra a doença, procura-se aperfeiçoar a sua tolerância contra os pesticidas, o que significa maior retorno econômico para as empresas, pois, além de venderem a semente, venderão o pesticida. Por isso, nosso questionamento é: serão os transgênicos solução? Que resultados ambientais provocarão no solo, na água, nas pessoas e em outros seres vivos? O que acontecerá com os pequenos fornecedores, que não estão em condições de competir com o mercado elaborado? O que essas variedades altamente competitivas produzidas pelas empresas transacionais provocarão nas espécies nativas?

No que diz respeito à alimentação, parece que a sociedade acordou para a necessidade urgente de posicionar-se frente ao problema da fome e do tipo de alimento que estamos ingerindo. Quanto ao problema da fome, sabemos que é resultado da má distribuição de renda no nosso país. Com relação à má alimentação, que é efetuada por aqueles que têm acesso ao alimento, pode acontecer por falta de informação, ou por propaganda enganosa. Hipócrates já dizia “que seu alimento seja seu remédio e seu remédio seja seu alimento”. Muitas doenças, como desnutrição, anemia, bócio, falta de vitamina A, cárie dental,

---

<sup>4</sup> USDA - Ministério da Agricultura dos Estados Unidos, 1998, dado fornecido no seminário sobre transgênicos, promovido pela UPF, Passo Fundo, 1999.

poderiam ser facilmente erradicadas no nosso país com políticas públicas eficientes, como, por exemplo, à implantação da merenda ecológica nas escolas.

Para Santos (2000), não parece que faltem no mundo de hoje situações ou condições que nos suscitem desconforto e indignação e produzam inconformismo. Basta rever até que ponto as grandes promessas da modernidade permanecem sem serem cumpridas. No que respeita à promessa da igualdade, os países capitalistas avançados, com apenas 21% da população mundial, controlam 78% da produção mundial de bens e serviços e consomem 75% de toda energia produzida. Ainda, os trabalhadores do “Terceiro Mundo” do setor têxtil ou da eletrônica ganham vinte vezes menos que os trabalhadores da Europa ou América do Norte na realização das mesmas tarefas e com a mesma produtividade. E mais, desde que a crise da dívida foi desencadeada, no início da década de 1980, os países devedores do Terceiro Mundo têm contribuído em termos líquidos para a riqueza dos países desenvolvidos, pagando a esses, em média, por ano, mais de trinta bilhões de dólares do que receberam em novos empréstimos; no mesmo período, a alimentação neles disponível foi reduzida em cerca de 30%. No entanto, só a área de produção de soja no Brasil daria para alimentar quarenta milhões de pessoas se nela fossem cultivados milho e feijão. Neste século, mais pessoas morrem de fome que em qualquer dos precedentes, e a distância entre os países pobres e ricos e entre ricos e pobres do mesmo país não pára de aumentar. No século XVIII, morreram 4,4 milhões de pessoas em 68 guerras; neste século, foram 99 milhões em 237 guerras. Entre o século XVIII e o XX, a população mundial aumentou 3,6 vezes, enquanto que os mortos na guerra aumentaram 22,4 vezes (Santos, 2000, p.23-34). Portanto, esse modelo aumentou mais a capacidade de destruição da humanidade do que o seu bem-estar e prosperidade. Parece que estamos numa época de extermínio, da nossa autodestruição e da autodestruição da vida na Terra.

Quanto à questão dos recursos naturais, a promessa da dominação da natureza foi cumprida às custas da sua destruição. Nos últimos cinquenta anos, o mundo perdeu cerca de um terço da sua cobertura florestal; seiscentos mil hectares de floresta mexicana são destruídos anualmente; as empresas

multinacionais detêm hoje o direito de abate de árvores em 12 milhões de hectares da floresta amazônica, número que a bancada ruralista quer ampliar para garantir mais riqueza àqueles que já muito possuem. E mais, a desertificação e a falta de água são os problemas que mais vão afetar os países de Terceiro Mundo na próxima década, sendo que hoje um quinto da humanidade já não tem acesso à água potável (Santos, 2000, p.24). Isso já é suficiente para que nos interroguemos criticamente sobre o atual modelo de desenvolvimento, buscando alternativas teoricamente fundadas nas respostas que dermos a tais interrogações.

A partir do desenvolvimento da sociedade industrial, houve um agravamento na degradação do meio ambiente; a ciência e a técnica foram superestimadas e reforçaram a relação de dominação e exploração da natureza, acreditando-se que com elas se poderiam resolver todos os problemas. A ciência, que não é neutra e, portanto, pode servir tanto para destruir como para construir, encontra-se marcada por uma visão fragmentada do conhecimento, cada vez mais especializado. Segundo Morin (1991), “a ciência tornou-se cega na sua incapacidade de controlar, de prever e mesmo de conceber o seu papel social, na sua incapacidade de integrar, de articular, de refletir os seus próprios conhecimentos” (p.62).

Frente ao problema ambiental, essa fragmentação e incapacidade vêm à tona, demonstrando a necessidade de uma nova postura da ciência, de uma posição ética de responsabilidade em nossas construções de mundo e em nossas ações. Para Einsenberg (1991), “cada vez que podemos fazer uma engenhoca, deveríamos nos perguntar: qual é o seu propósito, a quem irá servir? Não é verdade que tudo o que é tecnologicamente possível deva ser produzido e colocado no mercado” (p.61). Não é possível continuarmos explorando os recursos naturais, entulhando o ambiente com milhares de engenhocas e promovendo o colapso energético apenas para satisfazer o desejo do consumo de quem compra e o lucro de quem vende. Como nos diz Freire (1995): “O capitalismo tem necessidade de substituir felicidades gratuitas por felicidades compradas ou vendidas” (p.12); dessa forma, precisamos diminuir a produção e o



consumo de milhares de parafernalias, muitas vezes sem utilidade, e redescobrir a felicidade na gratuidade da vida.

O conhecimento tecnológico deve aliar-se à preservação de princípios morais capazes de levar à mudança social e cultural dos povos, ao desenvolvimento sustentável e à melhoria das condições de vida da população. “Precisamos repensar agora as bases mesmas de nossa ideologia desenvolvimentista. Precisamos redefinir *progresso*, progresso não somente como aumento constante do fluxo de materiais e dinheiro, mas progresso como aumento da soma de felicidade humana e manutenção da integridade, harmonia e sustentabilidade”.<sup>5</sup>

Felizmente, existem hoje vários movimentos ambientalistas que procuram um estilo de conhecimento, ao mesmo tempo, científico, responsável e ético; que procuram reabilitar a história natural como arte popular, com base ética para proteção da biosfera e da qualidade de vida humana. Precisamos estabelecer uma nova relação com os seres humanos e demais seres vivos, o que passa, necessariamente, pela integração, articulação e reflexão do conhecimento científico e tecnológico, ou seja, pelo uso responsável da ciência. Ao tomar um copo de água, é preciso saber o tipo de água que estamos bebendo; ao tomar um copo de leite, é preciso saber se não há resíduo de farelo transgênico que possa dizimar nossa flora bacteriana;<sup>6</sup> ao construir uma hidroelétrica, é preciso saber qual será o impacto ambiental e social que isso vai causar. O pensamento deve ser em teia e uma nova postura ética deve ser posta em discussão, a qual zele por tudo e por todos do universo.

Queremos questionar o modelo de desenvolvimento em que estamos inseridos e sugerir a construção de um sistema econômico sustentável do qual todos sejam parte, com direito à vida, com responsabilidade, e que a ciência e a tecnologia estejam comprometidas com sua preservação.

---

<sup>5</sup> *Carta de Curitiba*, documento do Pró-Guaíba – Secretaria do Estado do Rio Grande do Sul (1992 p.14).

<sup>6</sup> Por causa da maior resistência das espécies geneticamente modificadas, há suspeita de que poderia ser eliminada a flora bacteriana intestinal das pessoas após um longo período de uso dos produtos transgênicos. (Boff, 1999b)

Buscamos uma outra forma de organização, que seja centrada não no poder, no mercado ou na mercadoria, mas que tenha a sua centralidade na vida, na sua múltipla manifestação e diversidade; que esteja centrada também na vida humana, vista como projeto político que vise dar condições para que todos os humanos, não apenas 20%, sejam a centralidade, bem como as demais formas de vida. É o sentimento de uma responsabilidade mínima que Boff (1999a) chama de *ética do cuidado*, pois tudo o que vive precisa de cuidado para sobreviver; caso contrário, morre. No atual modelo de desenvolvimento, nós não cuidamos da vida e não temos uma ética do cuidado; por isso, tratamos com descaso as crianças, os idosos, a natureza, as águas, o solo, os ecossistemas. Há uma crise nessa ética mínima do cuidado que coloca em risco a vida e as relações humanas. Para o autor, as relações devem intercambiar valores, respeitar diferenças, enriquecer as múltiplas tradições culturais da humanidade, enfim, “valorizar aquilo que não é mercadoria, não é interesse, não está na lógica do utilitarismo, mas da gratuidade, da convivência, da amorosidade dos seres humanos” (Boff, 1999b). O modelo atual transformou tudo em mercadoria, ocupou todos os espaços da sociedade na lógica do interesse, do lucro, da dominação do mais forte, produzindo seres humanos que se entendem apenas como concorrentes, e não como cooperados. A cultura do capital ocupou a consciência da humanidade e, sendo politicamente hegemônica, produziu uma crise que poderá ser fatal para o sistema.

Para Boff (1999a), “a ecologia não é apenas mais uma ciência, mas é um novo modo de ser, uma nova relação que o ser humano deve aprender com o ambiente e com os outros humanos.” Precisamos construir respostas à degradação do sistema de vida e repensar as relações do ser humano com a natureza, com a Terra e com os outros humanos. Essa tarefa não é coisa só dos “verdes”, dos ambientalistas, do BID; é compromisso de cada cidadão, dos sujeitos que chegaram ao seu nível mínimo de consciência da gravidade da situação que estamos vivendo. Devemos resgatar uma referência mínima da grandeza do universo, que demorou 15 bilhões de anos para se formar e que, à medida que se expande, se torna mais complexo. É importante reconhecer que tudo forma um sistema, uma rede de retroconexões, e que o homem é um dos

seres na teia da vida, que se originou há 3,8 bilhões de anos. Portanto, somos um elo na rede da vida, não monopolizamos a vida.

Ainda para Boff (1999b), cada um de nós pode fazer sua revolução atômica ou molecular: “Talvez a grande revolução seja impossível, mas isso não nos dispensa de fazer a revolução lá onde nós estamos, como a molécula que faz continuamente relações com o seu meio, trocando informações e nutrientes. É importante viver o novo paradigma, trabalhar a nova consciência, fazer o ensaio do novo, a partir de práticas pessoais com quem se convive.” Para isso, é preciso debater com a população quais são os problemas estruturais da sociedade e quais são as possíveis soluções para esses; ensaiar a formulação teórica, que não é só econômica, mas de várias áreas, construídas coletivamente, através do acúmulo organizativo, participativo, com a discussão e o entendimento de todos.

Foi nesta visão de revolução atômica que nos desafiamos a experimentar uma nova maneira de discutir alimentação saudável na escola e buscar alternativas para a merenda, agregando toda comunidade escolar e entidades interessadas no assunto.

#### **4- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É fundamental a busca de uma nova concepção de homem, de conhecimento, de relações, contrária à que nos orienta hoje e que reproduzimos no contexto escolar. Precisamos buscar projetos coletivos, menos fragmentados, menos individualistas; mexer com as relações de poder; modificar a prática pedagógica que historicamente vem servindo de instrumento de manutenção do modelo vigente, enfim, transformar a nossa visão de ser humano, que hoje é de um ser pronto e individualista, para uma visão de um ser em construção e que vê na cooperação e na solidariedade a possibilidade de se desenvolver. Construir o conhecimento implica uma partilha de todos nós com os outros, processo no qual todos são importantes, acarretando responsabilidade, cooperação, diálogo e trocas mútuas.

Os problemas ambientais são provocados pelo nosso modo de vida, e essa maneira de viver é reforçada também pela escola, pelo que ela seleciona ou

não, pelos valores que transmite, pelos currículos, pelos livros didáticos, pelo tipo de merenda que oferece aos seus alunos. Reorientar a educação a partir do princípio da sustentabilidade significa retomar nossa educação em sua totalidade, implicando uma revisão de currículos e programas, dos sistemas educacionais, do papel da escola e dos professores e da organização do trabalho escolar. A escola é um dos locais para a formação de outros cidadãos, de outros homens e mulheres, críticos, criativos e solidários.

De um lado, existe uma forte tendência fundada numa perspectiva neoliberal e neoconservadora, que reduz a escola a sua qualidade de competitividade; de outro, uma tendência que surge na base da sociedade, fundada numa visão democrática e participativa da educação. A primeira apóia-se na lógica da competitividade; a segunda, na lógica da solidariedade.

Precisamos de um envolvimento efetivo de todos, pois a falta desse envolvimento dificulta o processo de mudança de atitudes, de hábitos culturais que nos levem a repensar nossos costumes, nossas práticas e nossa visão de mundo. Repensar a nossa alimentação na escola é fazer uma pequena mudança no sistema de ensino, permitindo que se produzam novos investimentos, com uma distribuição diferente de bens e saberes.

Percebemos que a mudança de hábitos alimentares é possível apesar dos comentários de que os alunos não comeriam determinados produtos. Isso foi possível, porque houve um processo educativo mostrando a importância da substituição de produtos pobres em nutrientes, como salgadinho e refrigerantes, por alimentos ecológicos, sem venenos e sem transgênicos, como pinhão, mandioca, rúcula, bergamota, banana, entre outros.

Também percebemos que, além da questão nutricional, podemos trabalhar outros elementos na escola a partir dessa experiência, como a importância da compra da merenda diretamente do produtor, promovendo o desenvolvimento do município. O recurso da merenda, que antes ia todo para fora do estado, agora, em parte, é repassado aos feirantes da região. As instituições, trabalhando integradas entre si e com os movimentos sociais, obtiveram resultados mais abrangentes e duradouros.

Outro elemento importante é o debate a respeito dos problemas ambientais evitados com o uso da agricultura ecológica. Esse tipo de agricultura não envenena nossas águas, nossos solos nem o nosso organismo. Há uma relação de respeito e “cuidado” com o ambiente e com os consumidores, como sugere Boff (1999a).

O direito humano à alimentação adequada realiza-se quando cada homem, mulher ou criança tem acesso ao alimento. O direito à alimentação adequada está previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais (1966), incorporado à legislação nacional em 1992, e na Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1990), traduzidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90). Portanto, esse direito encontra respaldo não apenas em normas éticas, mas principalmente em norma legais e obrigatórias. Cabe ao estado a obrigação e cabe à sociedade a responsabilidade de respeitar, proteger, promover e garantir a sua realização por meio de políticas públicas.

Dessa forma, acreditamos que experiências como esta contribuem para a construção de políticas públicas que visam a alternativas econômicas de sustentabilidade, tornando os envolvidos sujeitos da sua própria história.

## 5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTVATER, E. Os desafios da globalização ecológica para o discurso da democracia e dos direitos humanos In: **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- ARAÚJO, Hermetes (Org.). **Tecnociência e cultura**. São Paulo: Liberdade, 1999.
- BELATO, Dinarte. **Escola e desenvolvimento**. Palestra proferida em São Leopoldo, setembro de 1999.
- BOFF, L. **Saber cuidar -ética do humano– compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1999a.

- \_\_\_\_\_. **A ética do cuidado**. Palestra proferida na Fepagro, Porto Alegre:1999b.
- EINSEMBERG, W. **A parte e o todo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- FOSCHIERA, Elisabeth Maria. **Educação ambiental e desenvolvimento**. Passo Fundo: EdiUPF, 2002.
- FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: Brandão, Carlos Rodrigues. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981. P. 34-35.
- \_\_\_\_\_. **À sombra desta mangueira**. São Paulo: Olho d'água, 1995.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.
- PASSO FUNDO. **Lei Orgânica Municipal**, 1990.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação. **Merenda escolar**. Porto Alegre, 2000.
- SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente**. São Paulo: Cortez, 2000